



KARL MARX

# CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

expressão  
POPULAR

KARL MARX

## CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Tradução e Introdução de  
Florestan Fernandes

2ª edição

**EDITORA**  
**EXPRESSÃO POPULAR**

São Paulo - 2008

Copyright © 2008, by Editora Expressão Popular

Título original: *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*

Traduzido a partir de versões em inglês, francês e espanhol por Florestan Fernandes

Revisão da tradução: *Reinaldo A. Carcanholo*

Revisão: *Miguel Cavalcanti Yoshida, Geraldo Martins de Azevedo Filho e Haroldo Cevarolo*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*.

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Arte da capa: *A Forja, Diego Rivera, 1908*.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M392c Marx, Karl, 1818-1883  
Contribuição à crítica da economia política / Karl Marx ;  
tradução e introdução de Florestan Fernandes.—2.ed.— São  
Paulo : Expressão Popular, 2008.  
288 p.  
  
Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>  
ISBN 978-85-7743-048-2  
  
1. Economia. 2. Economia política. 3. Economia marxista.  
4. Capital (Economia). I. Fernandes, Florestan, trad. II. Título.  
  
CDD 335.4  
CDU 33

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada  
ou reproduzida sem a autorização da editora.

Edição revista e atualizada conforme nova ortografia.

1ª reimpressão: março de 2009

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 197 - Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Telefone: (11) 3112-0941 ou 3105-9500

[vendas@expressaopopular.com.br](mailto:vendas@expressaopopular.com.br)

[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO .....	19
PREFÁCIO.....	45
CAPÍTULO I – A MERCADORIA .....	51
A – Resenha histórica da análise da mercadoria.....	81
CAPÍTULO II – O DINHEIRO OU A CIRCULAÇÃO SIMPLES.....	93
1 – Medida dos valores .....	94
B – Teorias sobre a unidade de medida do dinheiro .....	107
2 – Meio de circulação.....	118
a) A metamorfose das mercadorias .....	119
b) O curso do dinheiro .....	131
c) A moeda ou as espécies. O sinal de valor.....	141
3 – O dinheiro.....	158
a) Entesouramento.....	161
b) Meio de pagamento.....	175
c) O dinheiro universal .....	188
4 – Os metais preciosos.....	193
C – Teoria sobre os meios de circulação e sobre o dinheiro.....	199

## ANEXOS

### INTRODUÇÃO À *CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA*

<i>DA ECONOMIA POLÍTICA</i> .....	237
1. A produção em geral.....	237
2. A relação geral da produção com a distribuição, a troca e o consumo.....	244
a) A produção é também imediatamente consumo.....	246
b) Produção e distribuição.....	251
c) Troca e circulação.....	256
3. O método da Economia Política.....	257
4. Produção. Meios de produção e relações de produção, Relações de produção e de distribuição. Formas do Estado e da propriedade em sua relação com a produção e a distribuição. Relações jurídicas. Relações familiares.....	268

### COMENTÁRIOS SOBRE A *CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA*

<i>DA ECONOMIA POLÍTICA, DE KARL MARX</i> .....	273
---	-----

## NOTA EDITORIAL

A presente edição de *Contribuição à crítica da Economia Política* foi realizada a partir da edição preparada e traduzida por Florestan Fernandes para a editora Flama – dirigida pelo jornalista e dirigente do Partido Socialista Revolucionário (PSR) Hermínio Sacchetta – lançada no ano de 1946.

A tradução do texto foi realizada a partir das edições espanhola, francesa e inglesa, tendo o seu cotejamento com o original em alemão. A presente edição foi submetida a uma cuidadosa revisão técnica do prof. dr. Reinaldo Carcanholo da Universidade Federal do Espírito Santo. Acrescentamos também ao final do livro uma resenha da obra escrita por Friedrich Engels na primeira quinzena de agosto de 1859 – mesmo ano em que a obra foi originalmente publicada por Karl Marx.

Os termos que foram utilizados em outra língua, que não o alemão, no original, foram mantidos como tal seguidos por sua tradução entre colchetes. Nos anexos desse livro, a tradução está assinalada entre colchetes com a indicação N.E. As inserções entre colchetes nos anexos são do próprio original.

Os editores

Essas notas que podiam ser estendidas com a análise da contribuição dos marxistas – especialmente dos bolchevistas – ao estudo da teoria do Estado, das revoluções sociais, das técnicas sociais etc. dão uma ideia em conjunto do papel de Marx na história das ciências sociais e da importância deste livro em sua obra. Elas seriam incompletas, entretanto, se não contivessem os meus agradecimentos aos editores, que dispensaram ao tradutor uma assistência técnica eficiente, ajudando-o inclusive na comparação com os textos de edições diferentes de *Contribuição à crítica da Economia Política*. A essa assistência deve-se a supressão de muitas lacunas, que seriam inevitáveis com o uso de uma das edições apenas, e grande parte das prováveis qualidades desta tradução.

Florestan Fernandes

## PREFÁCIO

Examino o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial. Sob os três primeiros títulos, estudo as condições econômicas de existência das três grandes classes nas quais se divide a sociedade burguesa moderna; a relação dos três outros títulos é evidente. A primeira seção do primeiro livro, que trata do capital, se compõe dos seguintes capítulos: 1. a mercadoria; 2. o dinheiro ou a circulação simples; 3. o capital em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume. Tenho sob os olhos o conjunto dos materiais sob forma de monografias escritas com largos intervalos, para meu próprio esclarecimento, não para serem impressas, e cuja elaboração subsequente, segundo o plano indicado, dependerá das circunstâncias.

Suprimo uma introdução geral que esbocei porque, depois de refletir bem a respeito, me pareceu que antecipar resultados que

estão para ser demonstrados poderia ser desconcertante e o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral. Algumas indicações, ao contrário, sobre o curso de meus próprios estudos político-econômicos não estariam fora de propósito aqui.

Minha área de estudos era a jurisprudência, à qual, todavia, eu não me dediquei senão de um modo acessório, como uma disciplina subordinada relativamente à Filosofia e à História. Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung* (*Gazeta Renana*), encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates do *Landtag* [parlamento – alemão] renano sobre os delitos florestais e o parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o sr. Von Schaper, então governador da província renana, travou com a *Gazeta Renana* sobre as condições de existência dos camponeses do Mosela, as discussões, por último, sobre o livre-câmbio e o protecionismo, proporcionaram-me os primeiros motivos para que eu comesasse a me ocupar das questões econômicas. Por outro lado, nessa época, em que o afã de “avançar” sobrepujava amiúde a verdadeira sabedoria, faz-se ouvir na *Gazeta Renana* um eco entibiado, por assim dizer filosófico, do socialismo e do comunismo francês. Pronunciei-me contra essa mixórdia, mas, ao mesmo tempo, confessei, claramente, em uma controvérsia com a *Allgemeine Augsburger Zeitung* (*Jornal Geral de Augsburgo*), que os estudos que eu havia feito até então não me permitiam arriscar um juízo a respeito da natureza das tendências francesas. A ilusão dos diretores da *Gazeta Renana*, que acreditavam conseguir sustar a sentença de morte pronunciada contra seu periódico, imprimindo-lhe uma tendência mais moderada, ofereceu-me ocasião, que me apressei em aproveitar, de deixar a cena pública e me recolher ao meu gabinete de estudos.

O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito*,

de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos *Anais franco-alemães*, publicados em Paris em 1844. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. Eu havia começado o estudo desta última em Paris, e o continuara em Bruxelas, onde eu me havia estabelecido em consequência de uma sentença de expulsão ditada pelo sr. Guizot contra mim. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação

que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana. Friedrich Engels, com quem (desde a publicação,

nos *Anais franco-alemães*, de seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas) eu mantinha constante correspondência, por meio da qual trocávamos ideias, chegou por outro caminho – consulte-se a *Situação das classes trabalhadoras na Inglaterra* – ao mesmo resultado que eu. E quando, na primavera de 1845, ele também veio domiciliar-se em Bruxelas, resolvemos trabalhar em comum para salientar o contraste de nossa maneira de ver com a ideologia da filosofia alemã, visando, de fato, acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito se realizou sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito [*A ideologia alemã*], dois grossos volumes em oitavo, já se encontrava há muito tempo em mãos do editor na Westphalia, quando nos advertiram que uma mudança de circunstâncias criava obstáculos à impressão. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos alcançado nosso fim principal, que era nos esclarecer.

Dos trabalhos esparsos, que submetemos ao público nessa época e nos quais expusemos nossos pontos de vista sobre diversas questões, mencionarei apenas o *Manifesto do Partido Comunista*, redigido por Engels e por mim e o *Discurso sobre o livre-comércio*, publicado por mim. Os pontos decisivos de nossa maneira de ver foram, pela primeira vez, expostos cientificamente, ainda que sob forma de polêmica, no meu trabalho aparecido em 1847, e dirigido contra Proudhon: *Miséria da Filosofia*. A impressão de uma dissertação sobre o *Trabalho assalariado*, escrita em alemão e composta de conferências que eu havia proferido na União dos Trabalhadores Alemães de Bruxelas, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro, e pela minha expulsão subsequente da Bélgica.

A publicação da *Nova Gazeta Renana*, em 1848-1849, e os acontecimentos posteriores interromperam meus estudos econômicos os quais só pude recomençar em Londres, em 1850. A prodigiosa quantidade de materiais para a história da economia política acumulada no *British Museum*, a situação tão favorável que

oferece Londres para observação da sociedade burguesa e, por fim, o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália, decidiram-me a começar tudo de novo e a submeter a exame crítico os novos materiais. Esses estudos, em grande parte por seu próprio caráter, levaram-me a investigações que pareciam afastar-me do plano original e nas quais tive, contudo, de deter-me durante um tempo mais ou menos prolongado. Mas o que, sobretudo, abreviou o tempo de que dispunha foi a necessidade imperiosa de me dedicar a um trabalho remunerador. Minha colaboração, iniciada havia oito anos, no *New York Tribune*, o primeiro jornal anglo-estadunidense, trouxe consigo, já que não me ocupo senão excepcionalmente de jornalismo propriamente dito, uma extraordinária dispersão de meus estudos. Todavia, os artigos sobre os acontecimentos econômicos marcantes que ocorriam na Inglaterra e no continente constituíam uma parte tão considerável de minhas contribuições, que tive de familiarizar-me com pormenores práticos que não são propriamente do domínio da ciência da Economia Política.

Com este esboço do curso dos meus estudos no terreno da Economia Política, eu quis mostrar unicamente que minhas opiniões, de qualquer maneira que sejam julgadas e por pouco que concordem com os preconceitos ligados aos interesses da classe dominante, são o fruto de longos e conscienciosos estudos. Mas no umbral da ciência, como à entrada do “inferno”, impõe-se:

“Qui si convien la sciare ogni sospetto  
Ogni viltà convien che qui sia morta”.<sup>27</sup>

Londres, janeiro de 1859

Karl Marx

<sup>27</sup> “Deixe-se aqui tudo o que é suspeito/ Mate-se aqui toda vileza” (Dante – *A divina comédia*) – N.E.

## A MERCADORIA

À primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza. Mas, cada mercadoria se manifesta sob o duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca.<sup>28</sup>

A mercadoria, na linguagem dos economistas ingleses, é, em primeiro lugar, “uma coisa qualquer, necessária, útil ou agradável

<sup>28</sup> Aristóteles, *De Republica*, livro I, cap. 9 (edição Bekkeri: Oxonii, 1837 – obra, vol X. X, pp. 13 e seg.): “toda propriedade tem dois usos, que lhe pertencem essencialmente, sem pertencer-lhe, porém, do mesmo modo: um é específico da coisa, outro não o é. Um sapato pode servir ao mesmo tempo como calçado ou para realizar uma troca ou venda. Pelo menos, pode-se obter deles esse duplo uso. O que troca um sapato como tal, necessita, por dinheiro ou por alimento, indubitavelmente emprega esse sapato como tal, mas, não obstante, não o emprega com sua utilidade característica, porque não foi feito para a troca. Outro tanto poderei dizer de todas as demais propriedades”. (A tradução desta passagem foi feita sobre a tradução francesa de J. Barthélemy Saint-Hilaire, livro I, cap. III, *Politique d’Aristote* – N.T.).